

## CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

### ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GTFAT

**DATA:** 17 de junho de 2010

**LOCAL:** Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

**PARTICIPANTES:** Rodolfo Péres Torelly, Coordenador do GTFAT e Secretário-Executivo do CODEFAT; Gustavo Alves Tillmann, Representante Titular do MF; Carolina Veríssimo Barbieri, Representante Titular do MPS; Renato Antonio Henz, Representante Titular do MAPA; João Luiz Guadagnin, Representante Titular do MDA; Luiz Carlos Galvão de Melo, Representante Titular do BNDES; Marcos Perito, Representante Titular da Força Sindical; Carlos Roberto Nolasco Ferreira, Representante Titular da UGT; Carlos Henrique Bernardi Pereira, Representante Titular da CGTB; Alexandre Sampaio Ferraz, Representante Suplente da CUT; Antônio da Costa Miranda, Representante Suplente da NCST, Carlos Alberto Salvatore Filho, Representante Titular da CNS; Sebastião Antunes Duarte, Representante Titular da CNTur; e, José Colombo de Souza Netto, Representante Titular da CNT. **Convidada:** Maria Thereza Andrade, Representante do FONSET.

1 Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dez, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e  
2 Emprego – MTE, teve início a Décima Sétima Reunião Extraordinária do Grupo de Apoio Técnico  
3 ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - GTFAT, sob a coordenação do  
4 Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly. **I - ABERTURA.** O Coordenador  
5 do GTFAT cumprimentou a todos e, em seguida, passou ao **II – ASSUNTOS PARA**  
6 **DISCUSSÃO: ITEM 1 - Proposta de Resolução que aprova a Proposta Orçamentária do**  
7 **Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para o exercício de 2011.** O Titular da Coordenação-  
8 Geral de Recursos do FAT – CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, esclareceu que a  
9 elaboração da Proposta Orçamentária do FAT se baseava nas informações das Unidades do MTE  
10 que tinham ações custeadas com recursos do Fundo, as quais eram consolidadas pela Coordenação-  
11 Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC, destacando que após sua aprovação pelo  
12 CODEFAT, o Ministério encaminhava a Proposta em referência à Secretaria de Orçamento Federal  
13 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SOF/MP. Explicou que os valores da  
14 Proposta em tela haviam sido estimados a partir de parâmetros da Secretaria de Política Econômica  
15 do Ministério do Fazenda – SPE/MF para o exercício de 2011, a saber: i) Taxa de Inflação - 4,5%;  
16 ii) TJLP - 6%; iii) Taxa SELIC – 8,7%; iv) Salário Mínimo – R\$ 535,91; v) Taxa de Crescimento  
17 do PIB – 5,5%, e, vi) Taxa de Crescimento do PIB per Capita – 4,59%. Declarou que as estimativas  
18 apontavam despesas de R\$35,11 bilhões e empréstimo constitucional ao BNDES de R\$13,42  
19 bilhões, o que resultava em obrigações no montante de R\$48.535.036.200,00 (quarenta e oito  
20 bilhões, quinhentos e trinta e cinco milhões, trinta e seis mil e duzentos reais), cuja distribuição  
21 por Classificação de Despesas assinalava os seguintes valores: i) Inversões Financeiras –

22 R\$13,42 bilhões; ii) Despesas Obrigatórias – R\$32,77 bilhões; e, iii) Despesas Discricionárias –  
23 R\$2,33 bilhões. Apresentou a distribuição das despesas por Programas: i) Integração das  
24 Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – R\$32,57 bilhões; ii) Operações Especiais:  
25 Financiamentos com Retorno – R\$13,43 bilhões; iii) Recursos Pesqueiros Sustentáveis –  
26 R\$1,13 bilhão; iv) Qualificação Social e Profissional – R\$1,08 bilhão; v) Gestão da Política de  
27 Trabalho, Emprego e Renda – R\$302,28 milhões; vi) Rede de Proteção ao Trabalho – R\$8,5  
28 milhões; vii) Erradicação do Trabalho Escravo – R\$6,78 milhões; viii) Microcrédito Produtivo  
29 Orientado – R\$3,78 milhões; ix) Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho  
30 e Renda – R\$2,39 milhões; e, x) Erradicação do Trabalho Infantil – R\$1,50 milhão. Registrou  
31 que as Despesas Discricionárias, no montante de R\$2,33 bilhões, apresentava a seguinte  
32 distribuição: i) Qualificação Social e Profissional – R\$1,08 bilhão; ii) SINE – R\$619,86  
33 milhões; iii) Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda – R\$302,29 milhões; iv) Apoio  
34 Operacional do Seguro-Desemprego e Abono Salarial – R\$203,27 milhões; v) Identificação do  
35 Trabalhador – R\$61,19 milhões; vi) Sistemas Corporativos – R\$29,28 milhões; vii) Gestão da  
36 Integração de Políticas Públicas – R\$16,65 milhões; viii) Publicidade de Utilidade Pública –  
37 R\$15,50 milhões; ix) Microcrédito Produtivo Orientado – R\$2,78 milhões; x) Gestão do  
38 PROGER – R\$2,39 milhões; e, xi) Erradicação do Trabalho Escravo – R\$40,00 mil. Observou  
39 que o valor estimado para as despesas no exercício de 2011 (R\$48,53 bilhões) superava em  
40 12,62% o valor aprovado pelo CODEFAT em 2010 (R\$43,09 bilhões), e em 16,76% o valor  
41 aprovado na LOA/2010 (R\$41,56 bilhões). Registrou que as estimativas apontavam receitas no  
42 montante de R\$44.753.763.264,00 (quarenta e quatro bilhões, setecentos e cinquenta e três  
43 milhões, setecentos e sessenta e três mil e duzentos e sessenta e quatro reais), assim  
44 distribuídas: i) Arrecadação PIS/PASEP - R\$33,56 bilhões; ii) Restituição de Benefícios não  
45 Desembolsados - R\$205,88 milhões; iii) Multas e Juros devidas ao FAT - R\$21,72 milhões; iv)  
46 Cota Parte da Contribuição Sindical - R\$290,09 milhões; v) Remuneração de Aplicações no  
47 Extramercado – R\$2,06 bilhões, vi) Remuneração de Depósitos Especiais – R\$2,15 bilhões; vii)  
48 Remuneração de Saldos não Desembolsados – R\$34,25 milhões; viii) Remuneração dos  
49 Empréstimos Constitucionais ao BNDES – R\$6,39 bilhões; ix) Restituição de Convênios - R\$33,15  
50 milhões; e, x) Outras Receitas – R\$199,68 mil. Explicou que a partir das projeções em tela o FAT  
51 apresentaria no exercício de 2011 resultado econômico superavitário de R\$9,64 bilhões (receitas de  
52 R\$44,75 bilhões menos despesas de R\$35,11 bilhões), no entanto, devido a obrigatoriedade  
53 constitucional de repasse de 40% ao BNDES (R\$13,42 bilhões), seria necessário solicitar ao  
54 Tesouro Nacional o aporte de R\$3,78 bilhões para permitir ao Fundo cumprir todas as suas  
55 obrigações. O Coordenador-Geral da CGFAT finalizou, relatando que o FAT fecharia o exercício  
56 de 2011, segundo as projeções, com patrimônio de R\$179,93 bilhões, o que representaria  
57 crescimento de R\$8,73 bilhões comparado ao valor projetado para o exercício de 2010

58 (R\$171,20 bilhões). O Coordenador do GTFAT complementou, ressaltando que as despesas do  
59 Abono Salarial cresciam principalmente em função do aumento real do salário mínimo. Observou  
60 que o percentual de crescimento das ações parecia alto quando comparado ao que havia sido  
61 aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA/2010, ressaltando que apresentava pouca diferença em  
62 relação ao orçamento aprovado pelo CODEFAT para o exercício de 2010. Observou que o GTFAT  
63 poderia recomendar alterações na Proposta Orçamentária em referência, as quais seriam submetidas  
64 à avaliação do MTE e deliberação do CODEFAT. Em seguida, o Coordenador do GTFAT abriu as  
65 inscrições para manifestação. O Representante Titular da UGT, Sr. Carlos Roberto Nolasco  
66 Ferreira, elogiou a persistência nos valores propostos para a qualificação profissional, enfatizando  
67 que considerava modesto o valor que seria destinado à publicidade. Afirmou que a habilitação ao  
68 seguro-desemprego deveria ocorrer somente nos postos do Sistema Nacional de Emprego - SINE,  
69 de modo a promover a integração das ações, questionando se o recurso para o Sistema Integrado de  
70 Gestão das Ações de Emprego - SIGAE contemplaria os gastos com a mudança do Sistema em  
71 todos os postos do SINE. O Coordenador do GTFAT declarou que 55% do atendimento relativo ao  
72 seguro-desemprego ocorria nos postos do SINE, 35% nas Superintendências Regionais do Trabalho  
73 e Emprego - SRTE e 10% nas agências da Caixa Econômica Federal – CAIXA, esclarecendo que  
74 caberia aos parceiros solicitar o descredenciamento da CAIXA onde fosse possível garantir o  
75 atendimento sem o auxílio do mencionado Banco. Esclareceu que os recursos para o SIGAE  
76 contemplavam os gastos de transição do contrato DATAMEC para a DATAPREV. O  
77 Representante Titular da CNS, Sr. Carlos Alberto Salvatore Filho, indagou se um aumento na  
78 proposta de recursos para a qualificação profissional, haja vista sempre ocorrer corte significativo  
79 por parte da SOF/MP, acarretaria em comprometimento orçamentário. O Coordenador-Geral da  
80 CGFAT esclareceu que todo aumento de despesas, sem o correspondente aumento de receitas,  
81 implicaria na necessidade de ampliação da fonte 100 (Tesouro Nacional). O Representante Titular  
82 do MF, Sr. Gustavo Alves Tillmann, observou que na coluna PLOA/2010 não havia nenhum valor  
83 para a ação Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, modalidade Custeio Entidades Privadas,  
84 sendo que na LOA/2010 constava R\$1,8 milhão para essa atividade. A Titular da Coordenação do  
85 Sistema Nacional de Emprego - CSINE, Sra. Sinara Neves Ferreira, explicou que se tratava de um  
86 erro de preenchimento, pois permanecia a necessidade de recursos nessa modalidade para honrar  
87 contrato com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE,  
88 entidade responsável pela execução da PED. O Representante do MF prosseguiu, apontando que  
89 não havia previsão de recursos na proposta orçamentária em tela para populações em situação de  
90 alta vulnerabilidade, ressaltando que na PLOA/2010 teria constado o valor de R\$30,5 milhões para  
91 essa ação. O Secretário – Substituto da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, Sr.  
92 Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira, esclareceu que os recursos para o público em referência  
93 seriam contemplados no Plano Setorial de Qualificação - PlanSeQ, razão pela qual se

94 encontrava zerado nessa proposta orçamentária. O Representante do MF destacou que o valor  
95 proposto para a rubrica Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do FAT no orçamento  
96 2011 (R\$1,7 milhão) estava bem abaixo da proposta de 2010 (R\$4,0 milhões). A Titular da  
97 Coordenação dos Programas de Geração de Emprego e Renda - CPROGER, Sra. Lucilene Estevam  
98 Santana, esclareceu que a redução de recursos para a mencionada ação ocorreria em função do  
99 encerramento do convênio com a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE, haja vista a  
100 conclusão dos trabalhos de Avaliação Externa do PROGER, ressaltando que o MTE continuaria a  
101 realizar as atividades de controle, monitoramento e avaliação. O Representante do MF finalizou,  
102 registrando que o valor para a ação Microcrédito Produtivo Orientado (R\$2,77 milhões) era muito  
103 inferior ao que havia sido solicitado na Proposta Orçamentária 2010 (R\$7,05 milhões), inclusive  
104 menor que o valor aprovado na LOA/2010 (R\$2,8 milhões). O Coordenador do GTFAT informou  
105 que solicitaria a área competente esclarecimentos sobre a redução dos recursos para o microcrédito,  
106 os quais seriam apresentados na reunião do CODEFAT. O Representante Suplente da CUT, Sr.  
107 Alexandre Sampaio Ferraz, destacou que a variação percentual de recursos para pagamento do  
108 seguro-desemprego pescador artesanal não guardava consonância com o número de beneficiários.  
109 Declarou que considerava importante solicitar o quantitativo de recursos julgados necessários para a  
110 execução das ações, haja vista os cortes que sempre eram efetuados pela área econômica. Ressaltou  
111 que a equipe da UnB havia destacado que a intermediação de mão-de-obra e a qualificação  
112 profissional seriam os pontos fracos do tripé do Programa Seguro-Desemprego. O Coordenador do  
113 GTFAT informou que solicitaria a área competente uma revisão sobre essa questão do seguro-  
114 desemprego pescador artesanal a fim de verificar se haveria necessidade de algum ajuste para  
115 apresentação na reunião do CODEFAT, ressaltando que o aumento do salário mínimo e a variação  
116 no número de parcelas do benefício impactavam no montante das despesas necessárias ao  
117 atendimento dessa ação. O Representante da CUT ponderou que faltavam recursos para a área de  
118 empreendimentos solidários, ao que o Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que não havia  
119 nenhum recurso do FAT aplicado em ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária –  
120 SENAES, que recebia recursos oriundos do Tesouro Nacional. O Representante Titular da CGTB,  
121 Sr. Carlos Henrique Bernardi Pereira, solicitou justificativa para a não execução da totalidade dos  
122 recursos aprovados para a qualificação profissional nos exercícios de 2007 a 2009. O Secretário da  
123 SPPE - Substituto esclareceu que a área econômica (Fazenda e Planejamento) considerava a  
124 qualificação profissional como despesa discricionária, o que não era compartilhado pelo MTE, que  
125 entendia como sendo uma despesa obrigatória. Ressaltou que se encontrava em tramitação no  
126 âmbito do MTE projeto de lei visando afastar as despesas de qualificação profissional de processos  
127 de contingenciamento, que representavam o principal impedimento para se atingir à execução do  
128 total dos recursos aprovados. A Representante do FONSET, Sra. Maria Thereza Andrade, observou  
129 que os Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs eram importantes, ressaltando que o

130 valor destinado aos Estados era muito reduzido, defendendo um acréscimo de recursos para os  
131 Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs, sem necessariamente alterar os valores dos  
132 PlanSeQs. O Coordenador do GTFAT informou que essa sugestão do FONSET seria submetida à  
133 apreciação do Departamento de Qualificação. O Representante Titular do MDA, Sr. João Luiz  
134 Guadagnin, afirmou que gostaria de entender a lógica de se propor valores tão superiores aos  
135 aprovados na LOA/2010, ressaltando que considerava a Proposta Orçamentária em tela fora da  
136 realidade, uma peça de ficção. O Coordenador do GTFAT destacou que os valores propostos para o  
137 exercício 2011 eram aqueles considerados pelo Ministério como sendo os ideais para a execução  
138 das ações, cabendo ao CODEFAT defender o orçamento aprovado. O Coordenador-Geral da  
139 CGFAT afirmou que a elaboração de uma proposta orçamentária baseada nos valores aprovados na  
140 LOA do exercício anterior deixaria o MTE sem condições de honrar seus compromissos,  
141 exemplificando que o Ministério necessitaria esse ano de recursos da ordem de R\$200,0 milhões  
142 para a ação Processamento de Dados e Remuneração dos Agentes Pagadores, porém havia sido  
143 aprovado apenas R\$63,3 milhões para essa rubrica na LOA/2010. O Representante Suplente da  
144 NCST, Sr. Antônio da Costa Miranda, enfatizou que todos deveriam somar esforços no sentido de  
145 promover o aumento dos recursos para a qualificação profissional. Relatou que os municípios e  
146 estados apresentavam dificuldades para elaborar os projetos de qualificação, o que às vezes levava a  
147 devolução dos recursos, ressaltando que outro fator complicador se referia a demora no repasse dos  
148 recursos. O Coordenador do GTFAT declarou que o Ministério vinha estudando formas de repassar  
149 os recursos com maior rapidez, haja vista as dificuldades que envolviam a celebração de convênios.  
150 O Representante Titular da Força Sindical, Sr. Marcos Periotto, manifestou que considerava  
151 equivocada a concepção de que o orçamento do CODEFAT era uma peça de ficção, enfatizando  
152 que sua elaboração se baseava em demandas provenientes dos setores do MTE que utilizavam os  
153 recursos do FAT. Apontou para a necessidade de incentivar a atuação das Comissões de Emprego,  
154 dada a sua capacidade de verificar as demandas locais na área do trabalho. Observou que se fazia  
155 necessário repensar o desenho institucional da intermediação de mão-de-obra e da qualificação  
156 profissional, de modo a incentivar a criação de demandas efetivas, plausíveis de execução. O  
157 Representante Titular do MAPA, Sr. Renato Antonio Henz, indagou se o MTE ou o CODEFAT  
158 eram consultados pela SOF/MP sobre o nível de corte individual a ser efetuado no orçamento  
159 aprovado pelo Conselho. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que não havia consulta  
160 prévia, registrando que brevemente a SOF/MP enviaria ao MTE os limites orçamentários, os quais  
161 seriam levados ao conhecimento do GTFAT e do CODEFAT. A Coordenadora-Geral da CGOFC,  
162 Sra. Águida Gonçalves da Silva, complementou, registrando que o MTE estaria recebendo os  
163 limites orçamentários no início do mês de julho, a partir do qual o Ministério estabeleceria as suas  
164 prioridades a fim de encaminhar o orçamento do FAT, aprovado pelo CODEFAT, obrigatoriamente  
165 ajustado aos limites impostos pela SOF/MP. O Secretário da SPPE - Substituto recordou que em

166 determinado momento o CODEFAT havia decidido que aprovaria a Proposta Orçamentária do  
167 FAT, cabendo aos Conselheiros defendê-la junto à área econômica, responsável pelos cortes que  
168 vinham sendo efetuados nos orçamentos. Esclareceu que o MTE recebia um limite global, sendo  
169 que alguns recursos já chegavam carimbados, o que reduzia ainda mais as disponibilidades para a  
170 execução das ações. O Coordenador do GTFAT indagou se havia mais alguma observação, em não  
171 havendo, considerou a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para o  
172 exercício de 2011 apta a ser submetida à deliberação do CODEFAT, ressaltando que seriam  
173 solicitadas as áreas competentes os ajustes e/ou esclarecimentos demandados na presente reunião.  
174 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Coordenador do GTFAT  
175 deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres  
176 Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT e Coordenador do GTFAT, lavrei a presente Ata, que  
177 após aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

RODOLFO PÉRES TORELLY  
Coordenador do GTFAT e  
Secretário-Executivo do CODEFAT

\_\_\_\_\_

GUSTAVO ALVES TILLMANN  
Representante Titular do MF

\_\_\_\_\_

CAROLINA VERÍSSIMO BARBIERI  
Representante Titular do MPS

\_\_\_\_\_

RENATO ANTONIO HENZ  
Representante Titular do MAPA

\_\_\_\_\_

JOÃO LUIZ GUADAGNIN  
Representante Titular do MDA

\_\_\_\_\_

LUIZ CARLOS GALVÃO DE MELO  
Representante Titular do BNDES

\_\_\_\_\_

MARCOS PERIOTO  
Representante Titular da Força Sindical

\_\_\_\_\_

CARLOS ROBERTO NOLASCO FERREIRA  
Representante Titular da UGT

\_\_\_\_\_

CARLOS HENRIQUE BERNARDI PEREIRA  
Representante Titular da CGTB

\_\_\_\_\_

ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ  
Representante Suplente da CUT

\_\_\_\_\_

ANTÔNIO DA COSTA MIRANDA  
Representante Suplente NCST

\_\_\_\_\_

*Continuação da Ata da 17ª Reunião Extraordinária do GTFAT*

CARLOS ALBERTO SALVATORE FILHO  
Representante Titular da CNS

---

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE  
Representante Titular da CNTur

---

JOSÉ COLOMBO DE SOUZA NETTO  
Representante Titular da CNT

---